

RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.873 - SP (2018/0265530-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADO : **ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA**
E OUTRO(S) - SP344647
RECORRIDO : **CLARISMINA CARDOSO**
RECORRIDO : **CLAUDIO JOSE DIAS**
RECORRIDO : **CLETINA FERREIRA ZACARIAS**
RECORRIDO : **COSMA COUTINHO FERREIRA**
RECORRIDO : **CRISTINA APARECIDA VIEIRA GOMES**
RECORRIDO : **DACIO PRATES**
RECORRIDO : **DANIEL CANDIDO TRINDADE**
RECORRIDO : **DONIZETTI GALLO**
RECORRIDO : **ELITA FERREIRA DE CARVALHO**
RECORRIDO : **ENEDINA JOSE DA SILVA CARNEIRO**
RECORRIDO : **ESMERALDA ALVES CERIOLI**
ADVOGADOS : **HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**
JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568

DECISÃO

Vistos em diligência.

O presente recurso especial é conexo ao agravo em recurso especial nº 1.208.545/SP, interposto pela ora recorrente, Sul America Companhia Nacional de Seguros, no curso da presente ação e manejado no seio de agravo de instrumento a discutir a legitimidade passiva da ora recorrente/agravante, que restou sobrestado em 20/11/2018, em face da repercussão geral reconhecida pelo Excelso Pretório no tocante à competência para o julgamento da causa.

No presente apelo excepcional, a parte sustenta a impossibilidade de enfrentamento da questão de fundo, relativa ao direito à indenização decorrente do seguro habitacional, tendo em vista a existência de vícios construtivos, até que se resolva a questão atinente à legitimidade passiva.

Ocorre que melhor analisando a discussão submetida no AREsp 1.208.545/SP, o sobrestamento do referido agravo revelou-se equivocado.

É que naquela ação a Corte de origem reconheceu tratar-se de apólice privada, do ramo 68, discutindo-se lá, apenas, se a legitimidade seria da Sul

Superior Tribunal de Justiça

América ou, eventualmente, de outra seguradora, já que pelo sistema privado importa a seguradora que contratara à época do financiamento habitacional.

A questão, como se vê, passa ao largo da competência da Justiça Estadual ou Federal, pois nem se cogita a intervenção da CEF ou eventual comprometimento do FCVS em relação a apólice privada.

Assim, como o referido agravo é prejudicial ao julgamento do presente recurso especial e diante do seu sobrestamento equivocado, tenho por determinar que se dê andamento do referido agravo.

Ante o exposto, determino o dessobrestamento do Agravo em Recurso Especial nº 1.208.545/SP, interposto no Agravo de Instrumento nº 2075313-74.2016.8.26.0000, pois será objeto de oportuno julgamento conjunto com o presente recurso especial.

Oficie-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para que devolva a esta Corte Superior aquele específico recurso.

Cumpra-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator